Angola

Em 2011 foram mínimos os progressos de Angola no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O Governo continuou a administrar alguns programas para combater o trabalho infantil, tais como o fornecimento de oportunidades de microcrédito para famílias e a melhoria do acesso à educação para que as famílias migrantes pudessem manter os filhos na escola. Contudo, o quadro jurídico angolano carece de uma idade mínima para o trabalho perigoso e não proíbe todas as formas de tráfico de seres humanos. Além disso, o país não tem uma idade específica para o fim do ensino obrigatório, o que torna as crianças menores de 14 anos vulneráveis às piores formas de trabalho infantil, pois elas não são obrigadas a ficar na escola e estão abaixo da idade mínima legal para o trabalho. Também restam lacunas na atividade de fiscalização da lei e na coordenação entre as instituições. As crianças continuaram a exercer as piores formas de trabalho infantil, particularmente em atividades perigosas na agricultura e no trabalho de rua.

Este relatório mostra que as seguintes iniciativas contribuiriam para eliminar as mais graves formas de trabalho infantil no Angola:

Área	Iniciativas Sugeridas	Ano(s) em que as Iniciativas Foram Recomendadas
Leis e Regulamentos	Tornar a educação obrigatória para a idade de 14 anos.	2009, 2010, 2011
	Definir uma idade mínima legal para o trabalho perigoso.	2010, 2011
	Assegurar que o quadro jurídico proíba totalmente o trabalho perigoso para as crianças.	2011
	Considerar a inclusão do trabalho perigoso na pesca, na mineração e nas ruas como trabalho perigoso proibido para as crianças.	2011
	Aprovar formalmente o projeto de Código Penal e aumentar as penas e proibições relacionadas ao tráfico de crianças, especificamente: <ul style="list-style-type: none"> • proibir todas as formas de tráfico de crianças, inclusive para trabalhos forçados; e • aumentar as penas para a exploração sexual comercial de crianças. 	2009, 2010, 2011
	Considerar a autorização para extraditar cidadãos angolanos envolvidos em casos de tráfico humano internacional.	2009, 2011
Coordenação e Fiscalização	Disponibilizar publicamente informações sobre a forma como se conduzem as inspeções trabalhistas, o número de inspeções efetuadas e as penalidades resultantes, incluindo infrações relacionadas ao trabalho infantil.	2011

Área	Iniciativas Sugeridas	Ano(s) em que as Iniciativas Foram Recomendadas
Coordenação e Fiscalização	Assegurar que os órgãos governamentais competentes investiguem as queixas relacionadas com o trabalho infantil.	2010, 2011
	Reforçar o sistema de inspeção do trabalho, incluindo o fornecimento de remuneração adequada para o pessoal de inspeção.	2009, 2010, 2011
	Disponibilizar publicamente informações sobre as atividades do Tribunal Tutelar de Menores para fazer cumprir a legislação de proteção da criança, incluindo o trabalho infantil e prostituição infantil.	2011
Políticas	Usar os resultados da pesquisa nacional de bem-estar para considerar o direcionamento de políticas e programas sociais existentes para as crianças que trabalham.	2009, 2010, 2011
	Realizar pesquisa sobre as piores formas de trabalho infantil.	2010, 2011
	Acelerar os processos de registro de nascimento e de identificação para facilitar a matrícula escolar, prestar serviços sociais para crianças vulneráveis e reduzir o risco de tráfico para as crianças.	2010, 2011
	Ampliar as atividades governamentais para dar acesso à educação.	2010, 2011
	Avaliar o eventual impacto de políticas existentes, como o plano Educação Nacional para Todos, sobre a abordagem do trabalho infantil.	2011
Programas Sociais	Fornecer verbas para garantir a implementação dos 11 Compromissos com as Crianças Angolanas e do sistema de monitoramento Sistema de Indicadores da Criança Angolana.	2010, 2011
	Desenvolver e implementar programas que visem crianças ocupadas na agricultura, trabalho de rua, serviços domésticos, mineração e trabalhos forçados, inclusive entregas transfronteiriças.	2010, 2011
	Avaliar o eventual impacto de programas existentes — como a concessão de microcrédito, assistência às famílias migrantes e treinamento de jovens para o trabalho — sobre o trabalho infantil.	2011